



FOLHA DO SINDISSÉTIMA

Jornal do Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho



Ano IX - Nº 65
Novembro 2010

Falta de empenho de Peluso ameaça aprovação do PL 6613/09

Contatos feitos pela Fenajufe com alguns parlamentares próximos ao governo comprovam que a inércia do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, coloca em risco a aprovação do PL 6613/09 ainda este ano. Em todas as conversas realizadas os deputados afirmaram que não há acordo no Ministério do Planejamento e nem na equipe econômica do governo federal para incluir a previsão do PCS na proposta de Lei Orçamentária Anual e, segundo eles, somente uma negociação efetiva entre Peluso e o presidente Lula será capaz de mudar o cenário de impasse.

Os coordenadores da Fenajufe conversaram com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, para saber como andam as conversas referentes à previsão orçamentária do PCS. O parlamentar informou que há, de fato, uma resistência do Ministério do Planejamento e da equipe de transição do próximo governo em votar qualquer projeto, no Congresso Nacional, que represente novas despesas com funcionalismo público.

Na conversa com Machado, os coordenadores falam das dificuldades nas negociações e da preocupação da categoria com os prazos do Congresso Nacional. O parlamentar se comprometeu a falar com setores do governo federal para ajudar nas negociações sobre o Plano de Cargos e Salários. No entanto, Gilmar Machado ressaltou que, diante das dificuldades, **só há alguma possibilidade de o projeto ser votado se o presidente do STF negociar diretamente com a Presidência da República.**

Outro deputado procurado pela Fenajufe foi Cláudio Vignatti (PT-SC), a quem solicitou apoio nas interações junto ao governo federal. O deputado desempenhou papel importante à época do PCS 3, em 2006, e que este ano foi um dos deputados cogitados para ser o relator do PL 6613/09 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

O parlamentar de Santa Catarina mostrou preocupação quanto ao prazo apertado do Congresso Nacional, com a proximidade do recesso parlamentar, mas se comprometeu a procurar a Liderança do Governo na Comissão Mista de Orçamento; o presidente da CFT, deputado Pepe Vargas (PT-RS); e o relator do PCS, deputado Ricardo Bezoini (PT-SP).

ACORDO ENTRE LULA E PELUSO

No último dia 1 de dezembro, Valter Nogueira e Marcelo Neres (Fenajufe/ Sinsajufe-RJ) foram ao gabinete do deputado Pepe Vargas (PT-RS), presidente da CFT, solicitando que o parlamentar ajude



Só há alguma possibilidade de o projeto ser votado se o presidente do STF negociar diretamente com a Presidência da República.

nas conversas com o governo federal em defesa da aprovação do PL 6613/09.

O parlamentar gaúcho afirmou que é fundamental que o ministro Cezar Peluso e o presidente Lula fechem um acordo urgente e incluam a previsão do PCS na proposta de Lei Orçamentária Anual. Se isso acontecer, segundo Pepe, o relator do projeto na CFT apresentaria seu parecer de imediato para ser votado.

DIFICULDADES

Na mesma linha de conversa com deputados influentes no governo, o coordenador Antônio Melquiades (Melqui) também fez vários contatos na Câmara.

O primeiro procurado pelo dirigente da Federação foi o deputado pelo PT de São Paulo João Paulo Cunha. Após ouvir as argumentações de Melqui a respeito dos impasses no processo de negociação para votar o PL 6613/09, o parlamentar, que já foi presidente da Câmara dos Deputados, confirmou o que já vem sendo dito por setores do Palácio do Planalto e por alguns deputados da bancada governista: que não há qualquer acordo fechado ainda para incluir a previsão do PCS no orçamento e que a orientação da equipe econômica é cortar gastos e não aprovar projetos que causem impactos financeiros.

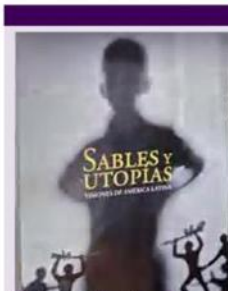
Embora tenha falado das dificuldades, João Paulo disse que participaria de uma reunião da equipe de transição da presidente eleita e que "sandaria" qualquer informação a respeito da revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal. Ele se comprometeu a ajudar nas negociações e dar

retorno à Fenajufe.

O coordenador da Fenajufe também falou, separadamente, com os deputados Geraldo Magela (PT-DF) e Ricardo Bezoini (PT-SP), relator do PL 6613/09 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. Os dois deputados falaram da resistência por parte do governo em aprovar o projeto e disseram, ainda, que não foi fechado nenhum acordo entre a cúpula do Judiciário e o Palácio do Planalto.

Os deputados petistas ressaltaram que esse cenário só vai alterar, de forma favorável aos servidores, se o ministro do STF procurar Lula para fechar um acordo capaz de garantir a inclusão do PCS na Lei Orçamentária Anual. Diante dessas informações, Melqui solicitou que os deputados ajudem a viabilizar um encontro, com urgência, entre os chefes dos dois Poderes.

"Quem pode romper essa intransigência do governo é o presidente do STF, ministro Cezar Peluso. Ele precisa acabar com essa inércia, procurando efetivamente o presidente da República, e cobrar o compromisso de reabrir as negociações logo após as eleições", ressaltou Melqui, que explica que a Fenajufe manterá as pressões junto à cúpula do Judiciário e às lideranças no Congresso Nacional, especialmente as ligadas ao governo. "Esperamos que o Peluso se empenhe pela aprovação do nosso projeto da mesma forma que se empenhou pelo reajuste da magistratura, que já está garantido na LOA de 2011", finaliza.



CULTURA- Conheça um pouco mais do Nobel de Literatura, Mario Vargas Llosa (p.02)



RETROSPECTIVA 2010 - Os desafios e as ameaças de um ano que ainda está longe de terminar (pag. 03)



NOVA AMEAÇA- Projeto de Lei ameaça congelar salário dos servidores públicos (pág. 04)

Livro do nobel de literatura traz críticas ao governo Lula

Quase 30 anos depois da premiação de Gabriel García Márquez, o Nobel finalmente consagrou outro ficcionista latino-americano à sua altura, de forma mais que merecida. Mas, diferentemente do que aconteceu com o colombiano, cujo engajamento só fez reforçar a sua projeção como escritor, a dedicação cada vez maior de Mario Vargas Llosa à política parece ter deixado um pouco na sombra a sua obra ficcional. A relação entre os dois autores, aliás, é conturbada: no final dos anos 60 Vargas Llosa chegou a esmurrar Gabo, por motivos até hoje mal explicados.

O anúncio do Nobel coincidiu com o lançamento no Brasil do livro "Sobres e utopias", uma reunião de artigos sobre política, direitos humanos, História e literatura (editora Objetiva, 432 pgs. R\$ 49,90). O volume inclui, aliás, resenhas de diversos romances de García Márquez, além de textos inspirados sobre Jorge Amado e Euclides da Cunha - inspirador do romance de Vargas Llosa "A guerra do fim do mundo", sobre Canudos.

Mas os artigos mais interessantes acabam mesmo sendo aqueles que comentam a política da América Latina, historicamente marcada pelo combate entre a democracia e a liberdade e as potências de ridicularizar os tiranos. Independentemente, Vargas Llosa não usa meios-palavras, ainda que nisso lhe custe muito em popularidade. Faz duras críticas, por exemplo, ao Chavismo e, de canona, à política externa do Governo



Lula, no texto "O socialismo do século XXI".

Candidato à presidência em 1990

Nascido em Arequipa, em 28 de março de 1936, Jorge Mario Pedro Vargas Llosa se formou em Letras e Direito pela Universidade Nacional Maior de São Marcos, em Lima. Antes de se tornar escritor, trabalhou como redator de notícias no extinto Rádio Central, funcionário de biblioteca e até revisor de nomes de túmulos de cemitério, segundo biografia em seu site oficial.

Em 1959, ganhou uma bolsa de estudos e parte para uma temporada na Europa, onde se tornou doutor

em Filosofia e Letras pela Universidade de Madri, publicou seu primeiro livro, a coletânea de contos "Os chafes" (1959), e escreveu uma peça de teatro, "La huída del Inca".

No mesmo ano, Llosa casou-se com a sua tia, Julia Urquidí, que era 15 anos mais velha. A experiência inspirou o livro "Tia Julia e o escrevinhador", que seria lançado em 1977. O casamento durou cinco anos e, depois do seu fracasso, casou-se com uma prima, Patricia.

Regressou em 1964 ao Peru e daí em diante voltaria a passar temporadas em diversos países, incluindo Cuba, Grécia, França, Inglaterra e Espanha - de onde recebeu oficialmente a cidadania em 1993.

Conhecido por suas posições políticas consideradas de direita, Llosa se engajou no Movimento Liberdade peruano em 1987, que se opunha ao programa de estatização do então presidente Alan García Pérez.

Informado sobre a vitória no Nobel de seu antigo desafeto, García firmou que o prêmio é "uma honra e um grande dia para o Peru". "Vargas Llosa é um extraordinário criador do linguagem, um grande romancista, um grande dramaturgo que tem incursionado em todos os cantos da criação", completou.

Além dos políticos do Peru, o escritor costuma disparar críticas contra líderes latino-americanos como Fidel Castro - de quem já foi próximo -, Hugo Chávez, Álvaro Uribe e Lula.



> Saiba substituir o sal do seu prato



Muita gente passa a mão no salteio e adiciona sal à comida sem antes experimentá-la. Você conhece alguém que faz isso? Se sim, é bom falar para essa pessoa tomar cuidado. O nome legítimo do sal é cloreto de sódio, mas porque será que dizem que ele pode fazer tanto mal? Na realidade o excesso de sódio na circulação é capaz de reter líquido e aumentar a sensação de sede. Com isso, mais água passa a ser ingerida com o objetivo de diluir o sal e maior será o volume de líquido na corrente sanguínea, o que pode levar ao aumento da pressão arterial e sobrecarga do coração.

No Brasil, o consumo chega em média a 12 gramas diários de sal, o que significa o dobro das 6 miligramas recomendadas para qualquer indivíduo, hipertenso ou não. Para não haver confusão, é bom lembrar que uma colher de chá contém quatro gramas de sal. A recomendação da sociedade Brasileira de Hipertensão é limitar a apenas duas colheres rasas de café por dia na preparação de alimentos, o que soa como uma quantidade muito pequena, porém, para não tornar sua vida insossa, uma boa sugestão é trocar o excesso de sal pelo uso de ervas e especiarias. Os aromas e sabores das especiarias e temperos podem tornar os pratos deliciosos e saudáveis. Ervas aromáticas como alecrim, estrogão, tomilho, hortelã, salsa, ervas-doce, ou salvia assim como temperos do tipo pimenta, curry, noz-moscada, canela, cravo e cravo podem fazer a grande diferença na preparação de pratos.

Outra alternativa é o uso de vinagre e limão, assim como o alho, cebola e o alho-poró, além da cebolinha. Pode-se usar um moedor e preparar várias ervas aromáticas juntas para obter uma mistura fina que pode ser colocada no salteio e utilizada à vontade na preparação e finalização de pratos em substituição ao sal convencional. Preparar molhos caseiros com iogurte, cacau ou suco de limão ou laranja ou até vinagrete pode ser uma boa pedida para temperar salteios.

As especiarias, além de seus deliciosos sabores, têm em sua composição substâncias que auxiliam o bom funcionamento do organismo. Como vimos, diminuir o sal pode ser uma boa pedida para a sua saúde, mas não é necessário que sua comida fique sem graça.

Servidores devem enviar carta para pressionar STF

Conforme deliberado em Assembleia Geral, o Sindissetima elaborou e disponibilizou em sua página eletrônica uma carta endereçada ao presidente do Superior Tribunal Federal, ministro César Peluso, a fim de cobrar o compromisso dele com a categoria dos servidores que fazem o quadro do Judiciário federal brasileiro. Se você ainda não mandou a sua, não perca tempo. Asses o site do Sindissetima e envie a carta.

Carta a Inteira do documento:

O Poder Judiciário construiu, nos últimos décadas, um precioso patrimônio de respeito e credibilidade graças ao excelência

de seus quadros de pessoal. Esse patrimônio é uma conquista da sociedade brasileira e não pode ser exposto ao capricho e à indisposição de outro Poder igualmente constituído. A eficaz prestação da tutela jurisdicional, para o que se exige todo o esforço dos servidores do Judiciário, assegura um dos pilares do estado democrático de direito, aquisição e ser preservada e fortalecida com a nossa mais firme determinação.

O cenário atual, porém, é de incerteza, desânimo e frustração para os servidores. Os quadros permanentes do pessoal dos diversos órgãos do Judiciário estão, hoje, afetados pela precarização da carreira, estimulando alguns em busca de novas e melhores oportunidades profissionais. A alta rotatividade dos servidores nesses órgãos, assim vem ocorrendo nos últimos anos, já coloca em risco a credibilidade e a qualidade da prestação jurisdicional. Diante disso, a reestruturação e o estímulo à carreira judiciária se impõem imprescindíveis, para que não se deteriorem os índices de desempenho alcançados e não se exponha o Poder Judiciário ao entupimento institucional e ao vazio de se subordinar às diretrizes e interesses da Executiva.

O Projeto de Lei nº 6613/2009, submetido ao Poder Legislativo pelos presidentes das Altas Cortes de Justiça do País, merece ser aprovado em prol do Judiciário e de toda a sociedade brasileira. Ele é fruto de um trabalho criterioso, perfeitamente alinhado com os princípios da responsabilidade fiscal e em estrita conformação com a missão presidencial de crescimento dos gastos com pessoal e encargos sociais. A plena viabilidade da proposta está sobejamente demonstrada, não remanescendo dúvida sobre a sua adequação à oposição orçamentária da União. Daí porque não subsiste outra motivação, senão política, para que o Poder Executivo espere procurando despoliticar a sua aprovação. Além devangular uma intencionalidade indevida de um Poder em outro, a atitude de algumas autoridades da área econômica do Governo tem sido desleixante ao desqualificar a pertinência e a oportunidade do Projeto de Lei poucos meses após o acordo

firmado, entre Vossa Excelência e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de apoio à tramitação do plano.

Concluído o processo eleitoral e antevendo-se o término da sessão legislativa, esse acordo não está sendo honrado. O PL nº 6613/2009, que tramita há quase um ano no Legislativo, está praticamente estacionado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados desde julho.

Principo-nos ainda, sobremaneira, o fato de terem sido contemplados, no parecer preliminar da proposta da Lei Orçamentária Anual, os recursos para o reajuste dos magistrados, não se cuidando, ao mesmo tempo, de incluir a previsão correspondente ao Plano de Cargos e Salários dos servidores, conforme o PL nº 6613/2009. Esse descompasso está o anexo a imediata intervenção de Vossa Excelência, de modo a viabilizar, no exercício vinturo, a reestruturação almejada.

Além, cabe a Vossa Excelência, neste momento, defender os direitos dos servidores com o mesmo devido que na defesa dos interesses da magistratura.

Também nesse estágio, Vossa Excelência poderá contar com a dedicação e o empenho de todos os servidores, conscientes de que a eficaz desfecho do processo de negociação dependerá de sua firmeza disposição em preservar a independência institucional e o respeito ao Poder Judiciário.

A precarização dos serviços judiciários, consequência inevitável do desmantelamento de nossos quadros de servidores, viria engrave deslizar da sociedade. É a ninguém é dado ostituir para isso.

Não defendemos privilégios. Mas exigimos respeito. O apelo que ora fazemos é no sentido de uma ação firme e célere de Vossa Excelência, originada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o cumprimento imediato do acordo pelo aquecimento do Plano conforme o Projeto de Lei em tramitação. Além disso, a inclusão, no orçamento da União, dos recursos necessários à sua implementação a partir de janeiro de 2011.

www.sindissetima.org.br

EXPEDIENTE



Folha do Sindissetima - Publicação mensal de responsabilidade da Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores do Sétimo Região.

Diretoria Executiva: *Helôisa de Siqueira Felício (Presidente), José Teodoro Neto (Vice-presidente), Rosângela Feres Franklin de Lima (1ª Secretária), Francisco Nazareno Soares Filgueiras (2ª Secretária), Luiz Alcântara Rodrigues (Sec. Assuntos Jurídicos), Renato Silveira Felix (Sec. Esporte e Promoção Social), Ricardo Castro Figueiredo (Sec. Imprensa e Cultura), Francisco Dória de Lacerda (Sec. Assuntos Extra-Setor), José de Lima Ribeiro (1º Tesoureiro), José Flávio da Rocha Mattos (2º Tesoureiro)*

Salas de atendimento ao servidor: *Sala no Fórum Antuan Nunes (Manhã): Av. Duque de Caxias, 1550 - 1ª Andar - Centro - CEP: 60.035-111. Fortaleza-CE. Fone: Fax: 3221.8219. Sala no TRT (Tarde): Av. Santos Dumont, 3384 - Sala de Convivência Aldeota. CEP: 60.150-162. Fortaleza-CE. Fone: (85) 3261.8192. Fax: (85) 3224.6490. E-mail: sindissetima@yaho.com.br*
Journalista responsável: *Eliot Viana (CE07281P)*

2010 termina com PL 6613/09 ainda engavetado. E 2011?

Quando chega o fim do ano geralmente todos nós fazemos reflexões acerca do que somos, de onde viemos e para onde vamos. Refletimos sobre o que fizemos ou o que deixamos de fazer. Onde avançamos ou recuamos, ou mesmo se ficamos inerte diante de uma situação. O Sindisistima, na última edição da Folha este ano, convoca a categoria para fazer essa reflexão.

De início, começamos sobre o assunto que desde os primeiros dias do ano preocupa todos os servidores: o Projeto de Lei nº 6613/2009, que tramita há quase um ano no Legislativo. O PL está praticamente estacionado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados desde julho. A categoria fez greve, mobilizações em Brasília, nos Estados e o que vimos foi um total descaso tanto da cúpula do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo - e porque não dizer uma falta de vontade do Poder Executivo também - com um tema que é de extrema importância para o futuro dos servidores do Judiciário Federal desse país.

Sai presidente do Supremo Tribunal Federal, entra um novo e a situação permanece a mesma. O mesmo parece acontecer no Poder Executivo. O Presidente Lula lava as mãos como se o assunto não fosse de seu interesse ou competência e a presidente eleita não assume qualquer compromisso. No meio desse total descaso, estão os servidores do Judiciário Federal que acumulam anos sem reajuste e de achatamento de salários. Não queremos simplesmente um reajuste, queremos sobretudo respeito



com uma categoria comprometida com a sociedade.

Se 2010 termina com uma sensação de frustração para os servidores, 2011 iniciará com um desafio: aumentar a pressão sobre todos os setores da sociedade para que esse Projeto de Lei seja aprovado. Os servidores do Judiciário Federal não podem ficar assistindo a todas as outras categorias avançando em termos de salários e direitos de braços cruzados. No próximo ano, vamos à luta!

CONJUNTURA LOCAL

No que diz respeito a 2010 para o Sindisistima, nós que fazemos a diretoria queremos agradecer ao apoio

que tivemos da categoria em todos os eventos que realizamos. Seja festivo ou político, a categoria demonstrou que está apoiando a atual direção e esperamos continuar sendo dignos de sua confiança.

No TRT7, logo que o novo gestor assumiu, lhe foi entregue uma pauta de reivindicações da categoria. Algumas são antigas - heranças da Administração anterior que não foram atendidas - mas que merecem um esforço maior tanto da Direção do Sindicato e claro da boa vontade da Administração do TRT a fim de que se tornem realidade. Portanto, 2011, continuará sendo um ano de lutas!

Por que minha Rua tem esse nome

Sugestões envie e-mail para sindisistima@yahoo.com.br



HENRIQUETA GALENO - Nasceu em Fortaleza, filha de Juvenal Galeno da Costa e Silva e Maria do Carmo Cabral Galeno. Fez os seus estudos no Colégio da Imaculada Conceição e no Liceu do Ceará, diplomando-se em Direito (1918). Em 1919 fundou e dirigiu o Sálvo - depois, Casa - Juvenal Galeno, que sob sua orientação, foi o principal centro de desenvolvimento cultural do Ceará; ali foram criadas e instaladas o centro de estudos Juvenal Galeno, a ala feminina e a Editora Henriqueta Galeno. Secretária do Pai, cego, enquanto viveu, lendo para ele livros, revistas e jornais diários. Professora da Escola Normal e no Liceu. Representou o Ceará no 1º Congresso feminista, reunido no Rio de Janeiro sob a presidência de Bertha Lutz. Foi da Academia Cearense de Letras ocupando a cadeira 23, tendo seu pai como patrono. Morreu no dia 10 de Setembro de 1964. Patrona da cadeira número 1 da Academia Nacional de Letras e Artes (RJ).

Feliz Natal e um 2011 cheio de realizações!

Estamos chegando ao fim de mais um ano. É tempo de fazer um balanço daquilo que realizamos, e planejamos o que faremos em 2011. Durante o ano de 2010 o Sindisistima esteve bastante ativo mobilizando a categoria para lutar em defesa de seus interesses. Fizemos greves, empunhamos bandeiras, estabelecemos diálogos, procuramos sensibilizar dirigentes e congressistas em torno das causas dos servidores. Procuramos em todos os momentos adotar uma postura combativa, mas racional e adequada à defesa de nossas reivindicações. Estivemos sempre ao lado de vocês, servidores, para assegurá-los a prestação de serviços diferenciados, quer seja com relação aos serviços de saúde, assistência judiciária e ou financeira. Buscamos integrá-los promovendo confraternizações em datas especiais, tais como dia do servidor, dia das crianças, dia das mães etc. Patrocinamos e participamos de eventos esportivos que tanto contribuem para o bem estar e entrosamento de todos. Procuramos sempre estar abertos às demandas e procurar atendê-las quando possível. Enfim, buscamos aperfeiçoar a nossa atuação para melhor representá-los. Aprendemos, tivemos êxitos, mas sabemos que temos muito a conquistar. O próximo ano, pensamos, não será fácil. Precisamos estar unidos e lutas para reivindicarmos nossos direitos. Não



podemos nos acomodar e esperar que outros lutem por nós. Cada um é importante e tem um papel a desempenhar, cada um pode contribuir para que as nossas aspirações se tornem realidade. A nossa luta é a nossa união. Esperamos mais participação e empenhamento de vocês no ano novo que se avizinha.

Em nome de toda a Diretoria do Sindisistima desejo a todos um Feliz Natal, cheio de paz, saúde e amor. Que 2011 inaugure um tempo de solidariedade e justiça social e que neste próximo ano sejamos mais participativos e determinados na busca pela realização de nossos sonhos, pois como diz o grande escritor Guimarães Rosa "o calor da vida embrulha tudo. A vida é assim-sesquenta e esdria, aberta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem." Então, finalizando, desejo que todos nós tenhamos a coragem necessária para lutar pelo que queremos. Um feliz ano novo para todos.

Confraternização natalina dos aposentados

Foi realizada, no último dia 8 de dezembro, no Dália's Grill, um almoço de confraternização natalina dos aposentados da Justiça do Trabalho do Ceará. Um momento de descontração para aqueles que tanto contribuíram para o engrandecimento da categoria, mas também um momento em que os aposentados puderam se atualizar acerca das lutas que dizem respeito a eles e que têm a participação e o apoio pelo Sindisistima.

Entre elas a luta pela aprovação de duas Propostas de Emendas Constitucionais. A PEC 555/06 trata do direito a isenção do desconto de 11% do PSS pago pelo servidor aposentado mesmo após sua aposentadoria e a PEC 270/08 do direito dos servidores públicos aposentados por invalidez permanente a receberem proventos iguais aos que recebem quando na atividade, além de assegurar que todo o reajuste concedido seja também repassado à eles (paridade).



Sindicatos cearenses pedem apoio de Pimentel ao PL

Diretores do Sinje-CE, do Sindissétima-CE e do Sintrajufe-CE estiveram reunidos, no último dia 11 de dezembro, com o senador eleito pelo Partido dos Trabalhadores do Ceará, José Pimentel.

No encontro, os dirigentes sindicais pediram que o parlamentar faça uma interlocação junto ao governo federal no sentido de agilizar o fechamento de um acordo para a inclusão da previsão orçamentária do PCS na LOA de 2011.

José Pimentel atualmente é deputado federal, já foi Ministro da Previdência do atual governo e compõe a bancada governista, por isso os sindicatos consideraram importante essa reunião com ele.

Ele se comprometeu a desenvolver gestões objetivando o cumprimento do acordo firmado entre os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo na apreciação do referido projeto de lei que contempla a reposição salarial dos servidores do judiciário federal.



GIRO PELO BRASIL



> AVANÇO DO JUDICIÁRIO

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, fez um balanço bastante positivo da atuação dos órgãos da Justiça do Trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento de metas de desempenho, formação de servidores e magistrados e avanços na área de Tecnologia da Informação, além de outras iniciativas que têm contribuído para a celeridade processual. A manifestação foi feita no sessão solene de encerramento do 4º Encontro Nacional do Judiciário. Após lembrar que, em 2009, os Tribunais Regionais do Trabalho e o TST se destacaram pelo cumprimento das metas do CNU, o ministro enfatizou o papel da Enamat (Escola Nacional de Formação dos Magistrados do Trabalho) no processo de qualificação e aperfeiçoamento dos juizes. Quanto aos recursos de informática, ele mencionou o sistema e-Gestão, utilizado na geração de informações atualizadas sobre a estrutura e a atividade judiciária de primeiro e segundo graus, e enfatizou a implantação bem sucedida do processo eletrônico no TST.

> METAS PARA 2011

As novas metas nacionais que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário em 2011 foram definidas, durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro. As metas foram escolhidas por votação, pelos presidentes de todos os 91 tribunais brasileiros. Foram selecionadas quatro metas para todo Judiciário e uma meta específica para cada segmento de Justiça – Trabalhista, Federal, Militar e Eleitoral), com exceção da Justiça Estadual. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, ressaltou a importância da meta de responsabilidade social, que consiste em implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. "A sociedade precisa confiar na Justiça e não podemos permitir que seja distorcida a imagem do Judiciário", afirmou o ministro. De acordo com ele, algumas determinações do CNU têm sido invocadas com o pretexto de distorcer o papel do Judiciário, como as punições, algumas envolvendo a aposentadoria compulsória. "Esses magistrados não representam os 16 mil juizes no país, isso é uma distorção e uma injustiça com a magistratura", ressaltou o ministro Peluso. Dentre as metas do Judiciário para 2011 estão: Conciliação e gestão (Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica); Modernização (Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal); Celeridade (Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal); Responsabilidade social (Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. Especificamente para a Justiça do Trabalho, a meta é criar um núcleo de apoio de execução.) Fonte: CNU

PLP 549/09 é mais uma ameaça de congelamento

Além das dificuldades em aprovar os planos de cargos e salários, conforme vêm alertando vários setores do Executivo e alguns parlamentares da base governista, a categoria também enfrenta a possibilidade real de ser aprovado um projeto que congela o salário do funcionalismo público pelos próximos dez anos.

Trata-se do PLP 549/09, que tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara e foi aprovado por unanimidade no Senado Federal no final de 2009.

No nosso avaliação, se os projetos de revisão dos PCS não forem aprovados este ano, os servidores correm o sério risco de ficar sem reajuste nos próximos anos, devido à possibilidade concreta de o governo

conseguir aprovar o PLP 549 na próxima Legislatura. Por isso, os sindicatos precisam incluir em sua pauta de reivindicações a derrubada definitiva desse projeto de lei complementar.

Embora o parecer da relatora do projeto na CFT, deputada Luciana Genro (PsoL-RS), seja contrário ao projeto, há grandes chances de o governo atuar para que a proposta vá para a próxima Legislatura e tenha outro relator, uma vez que a deputada gaúcha não foi reeleita.

De acordo com eles, o projeto estava previsto para entrar na pauta da CFT no dia 8 de dezembro, mas como o presidente da Comissão, deputado Pepe Vargas (PT-RS), não estará em Brasília, o PLP não entrará em pauta.

>Sede Social: entrada somente com cartão

A Diretoria do Sindissétima lembra a todos os seus filiados que o ingresso nas dependências da sede social somente será permitido através da apresentação do cartão de sindicalizado.

No período de recesso e férias será intensificada a fiscalização. Vale lembrar que os dependentes dos sindicalizados terão acesso também com a apresentação do seu respectivo cartão. Os convidados dos associados só terão acesso às dependências do clube se estiverem acompanhados dos servidores sindicalizados.

Essas medidas são necessárias para garantir o lazer com tranquilidade daqueles que são os verdadeiros proprietários do clube: os filiados do Sindissétima.



HISTÓRIAS MALUCAS

> LÁGRIMAS DE CROCODILO



A frase empregada para se referir a alguém que demonstra um choro fingido, tem registros desde o Egito antigo. Segundo escritos de Plínio, o Velho, do século I, crocodilos que ficavam às margens do rio Nilo exibiam seus olhos lacrimejantes, dando a impressão de que choravam, para atrair e atacar suas vítimas. Séculos depois, o dramaturgo inglês William Shakespeare fez alusão ao termo em Otelo, de 1603:

"Se com lágrimas de mulher fosse a terra fecundada, cada gata geraria um crocodilo". Há, no entanto, uma explicação fisiológica para o choro do animal. Como as glândulas salivares e lacrimais ficam próximas, quando ele mastiga, a pressão sobre elas aumenta, fazendo com que as lágrimas escorram.

> "ELES QUE SÃO BRANCOS QUE SE ENTENDAM"

Esso expressão nasceu de uma pendenga ocorrida no comando militar do Rio de Janeiro do século 18 e remonta a uma das primeiras punições por racismo no Brasil. Segundo o folclorista Luiz da Câmara Cascudo, certo dia o capitão do Regimento dos Pardos do Rio de Janeiro, Manuel Dias de Resende, foi queixar-se a seu superior por ter sido desrespeitado por um soldado. Diante da reclamação, o major Melo, comandante do Regimento, nada fez a não ser desprezar: "Vocês são pardos, lá se entendam!". No século 18, era comum

esse tipo de divisão racial entre os regimentos", diz Célia Azevedo, historiadora da Unicamp.

Ofendido novamente, o capitão Manuel recorreu a dom Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei (governador) da província entre 1779 e 1790. O governador mandou prender o major bque não levava a reclamação a sério. Sem entender por que estava sendo preso, o major Melo perguntou: "Preso, eu? E por quê?" A resposta foi na mesma medida: "Nós somos brancos, cá nos entendam". Com o passar dos anos, a frase tornou a forma atual.

Fonte: Revista Aventuras na História

